

# SUMÁRIO

COLABORADORES .....	9
UMA JUSTIFICATIVA .....	13
APRESENTAÇÃO.....	19
RUMO A UM NOVO DIREITO	
MARIA BERENICE DIAS .....	31
1. Uma trajetória de exclusão .....	32
2. Omissão do legislador .....	33
3. União homoafetiva como entidade familiar .....	34
4. Homoparentalidade .....	35
5. Avanços nas Cortes Superiores .....	38
6. Leis que não veem .....	41
7. Postura inclusiva .....	42
8. Estatuto da Diversidade Sexual .....	44
8.1. Emendas constitucionais .....	45
8.1.1. Discriminação.....	45
8.1.2. Licença-natalidade.....	46
8.1.3. Casamento e união estável .....	47
8.2. Projeto do Estatuto da Diversidade Sexual.....	47
8.2.1. Construção de um microsistema .....	47
8.2.2. Nomes e nomenclaturas .....	48
8.2.3. Objeto e objetivos.....	49
8.2.4. Princípios .....	49
8.2.5. Direito à livre orientação sexual.....	49
8.2.6. Direito à igualdade e a não discriminação.....	50
8.2.7. Direito à convivência familiar .....	50
8.2.8. Direito à identidade de gênero .....	51
8.2.9. Direito à saúde.....	51
8.2.10. Direitos previdenciários .....	52

8.2.11. Direito à educação .....	52
8.2.12. Direito ao trabalho .....	52
8.2.13. Direito à moradia.....	53
8.2.14. Acesso à justiça e à segurança .....	53
8.2.15. Dos meios de comunicação .....	53
8.2.16. Relações de consumo .....	54
8.2.17. Dos delitos e das penas.....	54
8.3. Políticas públicas.....	54
8.4. Legislação infraconstitucional.....	55

### EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA

ANA MARIA GONÇALVES LOUZADA.....	57
1. Breve panorama histórico.....	57
2. Conceito de família no Direito brasileiro .....	62
3. União estável e casamento homoafetivo.....	64
4. Estatuto da Família x Estatuto das Famílias .....	65
5. Adoção por homossexuais.....	65
6. Multiparentalidade .....	65
7. Conclusão.....	66
8. Referências bibliográficas .....	68

### PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL

ANA CARLA HARMATIUK MATOS.....	69
1. Introdução .....	69
2. Lacuna legislativa .....	77
3. Entidades familiares: um rol não taxativo .....	80
4. Referências bibliográficas .....	85

### CONSTITUCIONALIDADE (E DEVER CONSTITUCIONAL) DA CLASSIFICAÇÃO DA HOMOFOBIA E DA TRANSFOBIA COMO CRIMES DE RACISMO

PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI .....	87
1. Introdução .....	87
1.1. Conceitos indispensáveis: orientação sexual, identidade de gênero, homofobia e transfobia.....	87
2. Direito fundamental à tolerância.....	92
2.1. Direito à tolerância decorrente do princípio do Estado de Direito (contrato social) .....	92

2.2. Direito à tolerância decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana.....	93
2.3. Direito à tolerância e o art. 3º da CF/1988.....	97
3. Preconceito × discriminação.....	98
4. Da constitucionalidade da criminalização da discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero.....	99
5. Criminalização da discriminação por orientação sexual sob o enfoque do direito fundamental à tolerância.....	104
6. Constitucionalidade da classificação da homofobia como racismo. O conceito jurídico-constitucional de racismo cunhado pelo STF (HC 82.424-2/RS: caso Ellwanger). A posição de Guilherme Nucci.....	106
7. Da obrigação constitucional de criminalizar a homofobia e a transfobia de forma específica. O constitucionalismo dirigente e as ordens constitucionais de legislar como limitativas da liberdade de conformação do legislador. Homofobia e transfobia como espécies do gênero racismo ou, ao menos, de discriminações atentatórias a direitos e liberdades fundamentais. Art. 5º, XLII e XLI, da CF/1988. O MI 4733 e a possível ADO sobre o tema.....	122
8. Conclusão.....	136
9. Referências.....	138

#### PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE

RODRIGO DA CUNHA PEREIRA.....	141
1. A mudança de foco dos elementos formadores da família.....	141
2. A afetividade como valor e princípio.....	144
3. Afetividade como norteador das relações familiares.....	152
4. Referências bibliográficas.....	154

#### PARENTALIDADE EM ABORDAGEM SINGULAR

SILVANA DO MONTE MOREIRA.....	155
1. Família transfetiva.....	158
2. Ser Pai, Ser Mãe.....	159

#### UNIÕES DE PESSOAS DO MESMO SEXO E REQUISITOS PARA SUA CONFIGURAÇÃO

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA.....	165
1. Visão Civil-Constitucional do Direito de Família.....	165
2. Alguns princípios constitucionais aplicáveis.....	167
3. Espécies de famílias.....	169

4.	Reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo e as famílias jurídicas.....	171
5.	À guisa de conclusão .....	178
6.	Referências .....	179

HOMOPARENTALIDADE: DUPLA  
MATERNIDADE/PATERNIDADE E A TEORIA DO  
RECONHECIMENTO A PARTIR DO  
PROVIMENTO 52 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SILVIA OZELAME RIGO MOSCHETTA .....	181
1. Introdução .....	181
2. Homoafetividade: construção de um paradigma? .....	182
3. Dupla maternidade/paternidade: teoria do reconhecimento e o provimento 52 do Conselho Nacional de Justiça .....	185
4. Conclusão.....	190
5. Referências bibliográficas .....	190

PARENTALIDADE HOMOAFETIVA:  
A PROCRIAÇÃO NATURAL E MEDICAMENTE  
ASSISTIDA POR HOMOSSEXUAIS

MARIANNA CHAVES .....	193
1. Existe um direito à parentalidade? E um direito à reprodução? .....	193
2. Procriação natural e autoinseminação.....	198
3. Procriação medicamente assistida .....	199
3.1. Homóloga: no caso de um casal de lésbicas, possível?.....	200
3.2. Parcialmente heteróloga no caso de uma mulher solteira homossexual ou um homem gay solteiro.....	202
3.3. Heteróloga ou parcialmente heteróloga: no caso de um casal de lésbicas.....	203
3.4. Heteróloga ou parcialmente heteróloga no caso de um casal de gays – com recurso à maternidade de substituição .....	208
4. Considerações finais.....	210
5. Referências bibliográficas .....	214

A MULTIPARENTALIDADE

FERNANDA DE CARVALHO LAGE e MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA ..	217
1. Considerações finais.....	230
2. Referências .....	232

## GUARDA, CONVIVÊNCIA E ALIMENTOS NAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS

MARCELO L. FRANCISCO DE MACEDO BÜRGER .....	233
1. O caminho trilhado até a atual concepção de família homoparental e seus reflexos na regulamentação da autoridade parental .....	233
2. Do vínculo de parentesco apto a garantir direitos de filiação .....	235
3. Do direito/dever de guarda e responsabilidade .....	240
4. O Direito à convivência familiar .....	247
5. Dos alimentos .....	251
6. Referências bibliográficas .....	256

## ASPECTOS NOTARIAIS E REGISTRALIS DO CONTRATO DE CONVIVÊNCIA DE PESSOAS ENTRE O MESMO SEXO

CHRISTIANO CASSETTARI .....	257
1. A união homoafetiva como entidade familiar sujeita às regras da união estável .....	257
2. Da elaboração do contrato de convivência de união estável entre pessoas do mesmo sexo e o seu registro .....	258
3. Cláusula primeira: do objeto .....	261
4. Cláusula segunda: da regra patrimonial .....	261
5. Cláusula terceira: da administração dos bens .....	261
6. Cláusula quarta: dos direitos conjuntos .....	261
7. Cláusula quinta: da curatela contratual .....	262
8. Cláusula sexta: do estado de doença ou incapacidade de algum dos contratantes .....	262
9. Cláusula sétima: da inserção de mandato no referido contrato .....	262
10. Cláusula oitava: da extinção da união homoafetiva .....	263
11. Cláusula nona (opcional): do foro de eleição .....	264
12. A Conversão da União Estável em Casamento .....	264

## TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO DE FAMÍLIA E O DIREITO DE HERANÇA

BELMIRO PEDRO MARX WELTER .....	269
1. Considerações iniciais .....	269
2. Direito à tridimensionalidade humana genética, afetiva e ontológica .....	269
3. Filiações genética, afetiva, ontológica e o direito a todos os efeitos jurídicos ..	272
3.1. Direito a todos os efeitos jurídicos somente quando houver a condição humana tridimensional, especialmente a afetividade e a dignidade humana .....	273

4.	Considerações finais.....	274
5.	Referências bibliográficas.....	276

A CONDIÇÃO DE PARCEIRO COMO HERDEIRO

ANA MARIA GONÇALVES LOUZADA.....	277	
1.	Direito de concorrência sucessória.....	277
2.	Direito Real de Habitação.....	282
3.	Referências bibliográficas.....	284

AS UNIÕES HOMOAFETIVAS NA VISÃO  
DOS TRIBUNAIS: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA  
DOS ÚLTIMOS 25 ANOS

RAFAEL CALMON RANGEL.....	285	
1.	Introdução.....	285
2.	Da evolução do tratamento do tema.....	286
3.	Da alteração de posicionamento do C. STJ à pacificação do tema pelo E. STF.....	293
4.	Conclusão.....	295

ASPECTOS LEGISLATIVOS DAS RELAÇÕES  
HOMOAFETIVAS NO BRASIL

SUZANA BORGES VIEGAS DE LIMA.....	297	
1.	Introdução.....	297
2.	O estatuto jurídico.....	298
3.	Atual cenário legislativo.....	301
4.	Conclusão.....	307
5.	Referências bibliográficas.....	308

O DIREITO HUMANO A NÃO SOFRER DISCRIMINAÇÃO  
POR ORIENTAÇÃO SEXUAL

MELINA GIRARDI FACHIN.....	309	
1.	Introdução.....	309
2.	A normatividade aberta da proteção contra a discriminação por orientação sexual no sistema brasileiro.....	312
3.	A construção jurisdicional da proteção contra a discriminação por orientação sexual.....	317
4.	Conclusão.....	324
5.	Referências.....	325

PROIBIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO  
POR ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS SISTEMAS REGIONAIS  
DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS:  
O IMPACTO DO CASO ATALA

FLÁVIA PIOVESAN .....		327
1. Introdução .....		327
2. O direito à diferença à luz da concepção contemporânea de direitos humanos .....		327
3. Proteção dos direitos à diversidade sexual no sistema global de proteção dos direitos humanos .....		329
4. Proteção dos direitos à diversidade sexual nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos: o impacto do caso Atala .....		333
5. Corte Europeia de Direitos Humanos: casos envolvendo o direito à livre orientação sexual .....		334
6. Corte Interamericana de Direitos Humanos e o impacto do caso Atala: proibição da discriminação baseada em orientação sexual .....		339
7. Conclusões .....		341
8. Referências bibliográficas .....		343

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO EXISTENCIAL:  
O DESRESPEITO ÀS MINORIAS SEXUAIS

RODRIGO ALVES DA SILVA .....		345
1. Introdução .....		345
2. O dano existencial e a discriminação às minorias sexuais .....		346
3. Conclusão .....		351
4. Referências bibliográficas .....		352

IGUALDADE NA VEIA – DOAÇÃO DE SANGUE E  
DIREITOS DA PERSONALIDADE

EMANUEL ADILSON GOMES MARQUES .....		355
1. Introdução .....		355
2. Escorço Histórico .....		355
3. Princípio da igualdade .....		357
4. Direito a não discriminação .....		359
5. Violação dos direitos da personalidade – dignidade da pessoa humana .....		360
6. Conclusão .....		362
7. Referências bibliográficas .....		363

## DIREITO FUNDAMENTAL À PRÓPRIA SEXUALIDADE

VIVIANE GIRARDI .....	365
1. Introdução .....	365
2. Sexualidade e direito existencial .....	366
3. Direito personalíssimo à própria sexualidade .....	367
4. O Poder Judiciário e o respeito à diversidade.....	370
5. Conclusão.....	371
6. Referências bibliográficas .....	372

## IDENTIDADE DE GÊNERO SOB A ÓTICA DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS E SUA APLICAÇÃO NAS CORTES BRASILEIRAS

PATRICIA GORISCH .....	373
1. Introdução .....	373
2. O sistema ONU e a proteção dos Direitos Humanos LGBTI.....	374
3. Os transgêneros na Corte Europeia de Direitos Humanos.....	375
4. Conclusão.....	389
5. Referências bibliográficas .....	391

## TRANSEXUALIDADE, TRANSGÊNERO, CISGÊNERO E O BEM-ESTAR AUTODETERMINADO

TEREZA RODRIGUES VIEIRA.....	393
1. Transgênero: convívio pacífico com a maioria cisgênero .....	393
2. Criança e adolescente arans e o uso de bloqueadores da puberdade .....	395
3. A realização de cirurgias em face do bem-estar da pessoa trans.....	396
4. Evolução judicial nas ações de alteração de nome e gênero.....	398
5. Mudança do nome do pai ou mãe transexual no registro dos filhos maiores e menores .....	400
6. Conclusão.....	401
7. Referências bibliográficas .....	401

## O TRANSGENERISMO INFANTIL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR NA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO ENTRE A CONSTITUIÇÃO E O DIREITO CIVIL

INGO WOLFGANG SARLET, GABRIELLE BEZERRA SALES e LAURA DA SILVA REIS.....	403
1. Notas preliminares .....	403
2. O transgenerismo infantil.....	406
3. A psicologia do desenvolvimento e o transgenerismo .....	410
4. Autonomia corporal e transgenerismo infantil .....	413

5.	O pluralismo jurídico e o transgenerismo.....	418
6.	O transgenerismo infantil na perspectiva constitucional e infraconstitucional .....	420
7.	Considerações finais.....	427
8.	Referências .....	428

#### O VOCÁBULO “MULHER” PREVISTO NA LEI MARIA DA PENHA ABARCA OS TRANSEXUAIS (OU TRANSGÊNEROS)?

ALICE BIANCHINI.....	433	
1.	Colocação do tema .....	433
2.	Posicionamentos da doutrina sobre o assunto .....	434
3.	Decisões judiciais sobre o assunto.....	437
3.1.	A Lei Maria da Penha pode ser aplicada à vítima transexual .....	437
3.2.	A Lei Maria da Penha não se aplica nas relações homoafetivas entre homens .....	444
4.	Considerações finais.....	445
5.	Referências bibliográficas .....	446

#### MUDANÇA DE NOME E DE IDENTIDADE DE GÊNERO

PATRÍCIA CORRÊA SANCHES.....	449	
1.	Introdução .....	449
2.	Direito fundamental ao nome.....	450
3.	Adequação do nome à identidade pessoal.....	450
4.	Identidade e identificação.....	452
5.	Ausência de cirurgia de redesignação sexual.....	454
5.1.	Introdução .....	454
5.2.	Breve exposição da problemática na definição do sexo.....	457
5.3.	O gênero sexual como identidade .....	458
5.4.	O sexo como elemento de representação social .....	463
5.5.	Segurança jurídica na ausência de cirurgia para redesignação do gênero sexual .....	466
5.6.	Os tribunais dentro dessa ótica .....	467
5.7.	O gênero sexual como função social .....	468
6.	Direito fundamental à felicidade .....	469
6.1.	Termo e significado.....	469
6.2.	A felicidade em seu contexto histórico .....	469
6.3.	O papel do Estado na felicidade .....	470

6.4. A família como ambiente de realização pessoal.....	471
6.5. Conclusão.....	472
7. Referências bibliográficas .....	474

A OBRIGATORIEDADE DE COBERTURA DA CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO PELOS PLANOS E SEGUROS DE SAÚDE

MARCELO MARTINS XIMENEZ GALLEGO.....	475
1. Introdução e objetivos.....	475
2. Material e método.....	476
3. Procedimento transexualizador pela rede privada de assistência à saúde: uma possibilidade real.....	476
3.1. Da ilegalidade da negativa por não constar no rol de procedimentos da ANS.....	476
3.2. Da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor.....	478
3.3. Do projeto de Lei 5.002/2013.....	481
4. Considerações finais.....	481
5. Referências bibliográficas .....	481

RESPONSABILIDADE PENAL DO CIRURGIÃO

ROBERTA MARTINS PIRES .....	483
1. Introdução .....	483
2. Exercício regular do direito e o consentimento do ofendido .....	483
3. Norma ética autorizadora da cirurgia.....	485
4. Condenação pela realização de cirurgia de transgenitalização.....	487
5. Considerações finais.....	489
6. Referências .....	489